



IV JORNADA DE  
PESQUISA EM  
**PSICOLOGIA**  
DESAFIOS ATUAIS NAS  
PRÁTICAS DA PSICOLOGIA

25 e 26 de novembro de 2011  
UNISC - Santa Cruz do Sul

## **ABORDANDO A ADOÇÃO ATRAVÉS DE UMA CARTILHA**

*Milena Leite Silva  
Rodrigo Gabbi Polli  
Dorian Mônica Arpini  
Universidade Federal de Santa Maria*

### **Resumo**

A nova lei da adoção traz a importância de novas discussões em torno do tema, o qual é permeado de fantasias. A construção de uma Cartilha sobre Adoção objetiva organizar um material reflexivo/informativo dirigido a familiares e profissionais envolvidos com o processo de adoção. Este material foi desenvolvido no sentido de poder contribuir com a instrumentalização que possibilite as pessoas envolvidas com a adoção trabalhar as angústias, abrindo possibilidades para se conversar sobre um tema que muitas vezes ainda é silenciado. O método utilizado foi a revisão de estudos sobre o tema e verificação das questões mais problemáticas e reflexão sobre pontos importantes e ainda não abordados. Os resultados apontam que são muitas as fantasias presentes no contexto da adoção tanto por parte da família adotiva, como da criança. As conclusões mostram que a adoção está transformando-se, privilegiando o superior interesse da criança no processo.

**Palavras-Chave:** Adoção. Cartilha. Família. Profissionais.

### **Introdução**

O estudo da adoção ao longo da história mostra que esta forma de pertencimento a uma família vem se transformando. De início, esta prática voltou-se a resolução de demandas familiares relativas à manutenção dos bens e do nome da família, a qual era o foco da atenção nos processos de adoção. Lentamente, essa situação vai se modificando e sendo legitimada nas leis, até que o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) concretiza o superior interesse da criança, ou seja, a criança passa a ser o foco da adoção a medida que se entende que a família é o melhor lugar para uma criança se desenvolver.

A adoção hoje é entendida como a possibilidade de uma criança que não pode permanecer com sua família biológica vivenciar relações afetivas, construindo um processo de filiação que a faça pertencer a uma família. Mesmo que este tema tenha uma longa

história, mitos e tabus ainda cercam a adoção, a qual ainda hoje é alvo de preconceitos e controvérsias.

A nova lei nacional da adoção (BRASIL, 2009) está trazendo o tema da adoção para novas discussões. Esta lei busca fortalecer o Estatuto (BRASIL, 1990) garantindo o superior interesse da criança e o direito fundamental à convivência familiar e comunitária, gerando incentivos à adoção, como apoio às mães que desejam entregar seus filhos em adoção (BRASIL, 2009, Art 8º, §4º; § 5º) e ainda grupo de apoio para pais candidatos à adoção (BRASIL, 2009, Art 50, § 3º).

A lei 12.010/09 prioriza ainda que a criança adotada possa tomar contato com sua história (BRASIL, 2009, Art 48), trazendo uma maior abertura do acontecimento adoção, o qual se caracterizou pelo silêncio, constituindo-se em temas de estudo nas áreas da psicologia, do direito e do serviço social.

Observa-se um aumento crescente dos estudos nessa área, trazendo consigo a possibilidade de investigação científica contextualizada à realidade brasileira, o que pode contribuir para desmistificar tabus ainda existentes, tais como os referentes às mães que decidem entregar um filho em adoção (MOTTA, 2008) e a força do laço de sangue (LEVINSON, 2009).

Os estudos difundidos sobre adoção parecem divididos em estudos históricos e clínicos. Os primeiros trazem em seu bojo dimensões históricas, culturais e sociais do tema e os segundos parecem contribuir para criar uma verdadeira distorção, a medida que pode-se associar adoção e problemáticas emocionais.

Percebe-se que ainda são carentes estudos que ajudem a compreender os aspectos psicológicos envolvidos no processo na adoção (SONEGO; LOPES, 2009), evidenciando-se que ainda existe espaço para estudos que contribuam para que as pessoas envolvidas com a temática possam se alicerçar para construir formas de intervenção, ações preventivas e clínicas, buscando a superação de concepções pré-concebidas que associaram crianças adotivas a crianças com problemas, construindo uma nova relação de toda a sociedade com o tema da adoção.

## **Métodos**

Desenvolveu-se uma Cartilha que trata do tema adoção, elaborada através da revisão de estudos sobre o assunto e verificação das questões mais problemáticas e reflexão sobre pontos importantes e ainda não abordados.

Para construir esse material utilizou-se uma abordagem de estudo teórico através do qual foi feita uma pesquisa bibliográfica das produções dos últimos anos sobre o tema da adoção, privilegiando as questões que envolvem a dinâmica familiar e as implicações da adoção nesse contexto.

Após este levantamento, foram elencados os pontos principais identificados na pesquisa bibliográfica como as temáticas que mais produzem dúvidas e temores aos familiares e que serviram de eixo organizador do material informativo. Os tópicos selecionados são: aspectos psicológicos da adoção; filiação adotiva; fantasias e mitos sobre a adoção; a busca das origens e a necessidade do diálogo.

Para além do levantamento teórico, foram consideradas também as experiências profissionais dos organizadores com relação ao tema, tanto do ponto de vista clínico como institucional.

Assim, a partir da união de construtos teóricos e experiências profissionais, foi construído um material de fácil acesso e compreensão, que auxilia a abordagem ao tema.

## **Resultados**

O levantamento teórico realizado permitiu a constatação de que são muitas as fantasias presentes no contexto da adoção tanto por parte da família adotiva, como da criança. Essas fantasias envolvem o medo de perder o filho, o temor de que o laço sanguíneo seja mais forte que o laço afetivo, o medo da revelação em função da percepção do sofrimento que pode acompanhar esse momento tanto na criança quanto em sua família e, ao mesmo tempo, o temor de que a criança irá buscar suas origens biológicas. Confirmando essas angústias, pesquisa realizada por Hubner e Siqueira (2010) apontou que casais em espera pela adoção apresentam sentimentos de fracasso quando pensam que seus filhos possam vir a querer conhecer os pais biológicos.

Alguns pais adotivos podem fantasiar que tiraram a criança de sua mãe biológica, privando-a do exercício da maternidade, “o que gera fantasias persecutórias em relação aos pais biológicos, pois se espera que eles venham reivindicar o filho ‘roubado’” (OTUKA, SCORSOLINI-COMIN & SANTOS, 2009). Ao serem questionados sobre principais medos referentes à adoção, pais adotivos revelaram o temor de que os pais biológicos voltassem em busca do filho, além de o medo de não serem bons pais e o medo da revelação, corroborando situações complexas descritas acima (GONDIM ET AL, 2008).

A adoção noticia uma situação de rompimento precoce dos vínculos afetivos, realidade a qual a criança precisará elaborar. Entretanto, se por um lado houve esse rompimento, por outro, os pais adotivos podem constituir-se em referências seguras para o desenvolvimento das potencialidades da criança, possibilitando a satisfação de suas necessidades e acolhimento dessa história inicial na qual ainda não estavam juntos, formando sua família (OTUKA, SCORSOLINI-COMIN & SANTOS, 2009).

No que se refere à criança, entende-se que é fundamental que ela saiba de sua condição de adotada, pois esse conhecimento significa a construção de uma base real sólida para a criança junto aos pais adotivos. Não revelar à criança sua adoção interfere na relação de confiança que ela precisa estabelecer com seus pais, além de poder produzir sintomas, dificultando seu desenvolvimento psicológico (MALDONADO, 1994).

A adoção não é o começo da história da criança, sua história começa anteriormente à chegada da família adotiva, e essa história inicial deixa marcas que precisam ser trabalhadas pela família adotiva. A identidade da criança é construída pela sua história, na passagem de um lugar a outro, no somatório de vivências que lhe fazem sentido e lhe dão a sensação de pertencimento (YNGVESSON, 2007). Entretanto, Hubner e Siqueira (2010) revelaram em seu estudo que os casais adotantes podem ainda preferir a adoção de recém-nascidos como uma forma de tentar que a história da criança comece a partir da adoção, em função das dificuldades que podem existir em dar conta dessa história inicial que foi de rompimento precoce de vínculos.

A partir das questões levantadas, vai se afirmando a necessidade de grupos de apoio para adotantes, espaço esse que pode estar se constituindo através da nova lei de adoção, a qual prevê grupos com os candidatos à adoção, os quais podem ser espaços privilegiados de escuta ao pai e à mãe.

No que se refere à tornar-se pai e mãe, os estudos apontam diferenças da chegada da paternidade e da maternidade biológicas. Na paternidade adotiva a filiação concretiza-se ao mesmo tempo para o casal, o que traz repercussões importantes, enquanto que na maternidade biológica, a mãe “sente” a presença do feto antes do pai, Por outro lado, Andrade, Costa e Rossetti-Ferreira (2006) se baseiam em estudos de Levy-Shiff e Har-Even (1991) para referir que os pais adotivos podem apresentar mais dificuldades na transição para parentalidade do que os biológicos, porque essa passagem tende a ser mais abrupta e sem tanta preparação para os pais adotivos. Entendemos que esta situação pode ser amenizada através de espaços de acolhimento, reflexão e preparação dos pais adotivos.

Tais espaços que estão se consolidando com o respaldo da nova lei de adoção podem se constituir como uma preparação para que os pais busquem se adaptar sensivelmente às necessidades do seu filho. A capacidade de se identificar com a criança e, assim, proporcionar um ambiente suficientemente bom para esta se desenvolver diz respeito a um estado psicológico de sentir-se mãe e pai, o qual independe do fato da criança ser filho biológico ou não. Deste modo, a mãe e o pai adotivos, ou qualquer outra pessoa capaz de se dedicar aos cuidados da criança, estará possivelmente em condições de adaptar-se suficientemente bem às necessidades desta, na medida da sua capacidade de identificar-se com a criança e, com isto, proporcionando-lhe um ambiente suficientemente bom, permitindo-a que se desenvolva de forma saudável (WINNICOTT, 1958/2000).

O imaginário socialmente construído acerca da adoção também precisa ser problematizado, desconstruindo-se a idéia de que a criança adotiva será uma criança que vai apresentar problemas em função da adoção. Entende-se que à medida que os pais possam identificar suas angústias estarão, como refere Levinzon (2009), abrindo espaço para poder melhor observar seu filho e com isso exercer a principal função parental, ou seja, a função continente (WINNICOTT, 1958/2000; 1986/2005). Espera-se que o aumento das pesquisas científicas possa trazer consigo uma maior abertura de fato sobre o tema, construindo uma nova cultura da adoção, em que seus mitos possam ser desfeitos pouco a pouco.

## **Conclusões**

As mudanças na legislação sobre a adoção trazidas no ano de 2009 estão trazendo novas e importantes discussões sobre o tema, tendo em vista a compreensão dos sentimentos e fantasias presentes nos atores envolvidos com este processo.

Pertence ao passado uma condição em que a adoção estava vinculada a manutenção da família que não poderia gerar descendentes pois contemporaneamente, profissionais envolvidos na adoção tem buscado pautar suas ações nas legislações modernas, baseadas no ECA e no maior interesse da criança. Com isto, ao longo da história, a adoção passa de uma adoção voltada a resolver o problema de uma família sem filhos, para a adoção que busca uma família para uma criança, assegurando seu direito à convivência familiar.

A nova Lei Nacional de Adoção, em 2009, busca garantir que a adoção seja efetivada em função do melhor interesse da criança. Destaca-se que a promulgação desta lei traz para o cenário nacional e científico a possibilidade de ampliar o olhar em relação ao fenômeno, procurando a proteção cada vez mais cuidadosa aos direitos das crianças e adolescentes brasileiros.

## Referências

Andrade, R.P.; Costa, N.R.A.; Rossetti-Ferreira, M.C. Significações de paternidade adotiva: um estudo de caso. **Paidéia**, 16(34), p 241-252, 2006.

Associação dos Magistrados Brasileiros. **Novas Regras para a adoção: guia comentado**. Disponível em: [www.amb.com.br/?secao=pesquisas](http://www.amb.com.br/?secao=pesquisas). Acessado em 10 de junho de 2010.

Ayres, L.S.M. Da mãe desnaturada à família afetuosa: a adoção pela lógica de um certo discurso jurídico. In: Brito, L.M. (org) **Famílias e separações: perspectivas da psicologia jurídica**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2008.

Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990.

Brasil. **Nova Lei Nacional de Adoção**. Lei n12.010 de 03 de agosto. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm). Acessado em 10 de outubro de 2009.

Dolto, F.. **Destinos de crianças: adoção, famílias de acolhimento, trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Fonseca, C. Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3), setembro-dezembro, 2008.

Gondim, A.K. et al. Motivação dos pais para a prática da adoção. **Boletim de psicologia**. Vol LVIII, n129, p 161-170, 2008.

Hamad, N. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.

Levinzon, G. **A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica**. São Paulo: Escuta, 3ª Ed., 2009.

Maldonado, M.T. **Os caminhos do coração: pais e filhos adotivos**. São Paulo: Saraiva, 1995.

Motta, M.A.P. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. São Paulo: Cortez, 2008.

Otuka, L.K., Scorsolini-Comin, F. e Santos, M.A. A configuração dos vínculos na adoção.

**Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**. 19(3), p 475-486, 2009.

Paiva, L.D. **Adoção: significados e possibilidades**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004

Schetinni, S.S.M., Amazonas, M.C.L.A. e Dias, C.M.S.B. Famílias adotivas: identidade e diferença. **Psicologia em estudo**, 11(2), p 285-293, 2006.

SONEGO, J. C.; LOPES, R. C. S. A experiência da maternidade em mães adotivas.

**Aletheia**: revista de psicologia, n. 29, p. 16-26, jan./jun. 2009.

Yngvesson, B. Parentesco reconfigurado no espaço da adoção. **Cadernos pagu** (29), julho-dezembro, p 111-138, 2007.

Winnicott, D.W. **Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas** / por D. W. Winnicott; com uma introdução de Masud. M. Khan; tradução Davy Bogomoletz. – Rio de Janeiro: Imago Ed, 1958/2000.

Winnicott, D.W. **Tudo começa em casa**. Tradução: Paulo Sandler. – 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes. – (Psicologia e pedagogia), 1986/2005